

CONGRESSO

Nova dança das cadeiras à vista

Em busca de apoio, Lula aplica velhas fórmulas — cessão de cargos e emendas — a novos cenários, analisam especialistas

» ALINE BRITO
» ÁNDREA MALCHER

Com uma reforma ministerial no radar do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, prevista para acontecer ainda em janeiro — cedendo ainda mais lugares na Esplanada em troca de apoio parlamentar —, o petista busca aplicar velhas fórmulas a novos cenários, como analisam especialistas. Lula reconheceu, em discurso no último Natal dos Catadores, no fim do ano passado, que o seu governo “não tem maioria” no Congresso.

O cenário no início de 2023 não era favorável e, ainda na medida provisória (MP) que organizava os ministérios, o Centrão enviou sua mensagem. Para demonstrar a necessidade de articulação por parte do governo, o relator Isnaldo Bulhões (MDB-AL), entre outros pontos, esvaziou a pasta dos Povos Indígenas, devolvendo a atribuição de demarcação de territórios à Justiça e Segurança Pública; retirou a responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e a passou para a pasta da Integração e Desenvolvimento Regional; além da gestão do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que saiu da pasta de Marina Silva e foi designada para a do Desenvolvimento Agrário.

O presidente fez sua primeira alteração no Turismo, removendo Daniela Carneiro, que, à época, estava de saída do União Brasil em direção ao Republicanos. Membro do grupo aliado, o União pediu o cargo de volta, e o deputado Celso Sabino (PA) tomou posse em 3 de agosto. O PP de Arthur Lira (AL) e o Republicanos, após meses de especulação, teriam seus ministros também. O líder do PP na Câmara, André Fufuca (MA), e o deputado Silvío Costa Filho (Republicanos-PE) assumiram as pastas de Esportes e de Portos e Aeroportos, respectivamente, no dia 13 de setembro.

O **Correio** analisou a distribuição partidária de votos favoráveis a matérias de interesse do governo ao longo do ano: a MP dos Ministérios, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma tributária, o arcabouço fiscal e o projeto de lei (PL) das offshores e fundos exclusivos. **(Veja quadro)**

Para o cientista político André César, da Hold Assessoria Legislativa, ao analisar a distribuição de apoio, percebe-se que “o saldo foi zero, (o governo) nem ganhou nem perdeu com as mudanças”. “Você vê, pela contabilidade, que muda marginalmente de um lado e de outro. Nesse Centrão — PP, União e Republicanos —, tem gente ali dentro desses partidos que é ideologicamente, programaticamente, contrária ao governo Lula. Há um limite para essas mudanças, essa dança de cadeiras que nós registramos.”

“Dá uma certa margem de confiança, porque o governo tem o que falar. ‘Olha, eu coloquei o meu pessoal aqui, vocês entregaram’, cria esse discurso. Pelo menos, ponto para o Lula”, avalia César.

O cientista político chama a atenção para essas mudanças do jogo político até mesmo naquilo que se entende por base. “O presidencialismo de coalizão, como a gente conhecia, não existe mais.

Agora, é negociação ponto a ponto, voto a voto. É um outro tipo de abordagem e parece que o Lula começou a entender esse jogo.”

O presidente tem investido na forma antiga de se fazer política, com cessão de cargos, emendas, negociadas, inclusive, pelo momento da liberação. A última eleição de 2022, no entanto, trouxe ao Congresso figuras diferentes daquelas a que Lula estava habituado. “Aquele dinâmica de base e oposição ficou muito prejudicada a partir do momento em que o poder Legislativo passa a desenvolver a sua própria agenda”, analisa o cientista político Leonardo Barreto.

“Há algum tempo, o Executivo não tem mais aquela quantidade de instrumentos que tinha para poder barganhar com parlamentares e dominar a agenda. Na verdade, hoje a gente tem um Congresso muito empoderado pela detenção das emendas. Para se ter uma ideia, neste ano ele teve quase a mesma quantidade de emendas discricionárias do Executivo e isso vai se repetindo”, completa.

O Orçamento de 2024, aprovado nos instantes finais do ano legislativo, estabeleceu um valor recorde de cerca de R\$ 53 bilhões para as emendas parlamentares. De acordo com a plataforma do Senado, Sigma Brasil, o marco anterior ocorreu em 2020, quando foram aprovados R\$ 45,9 bilhões em emendas. Lula vetou o trecho que determina que o governo deve empenhar todas as emendas no primeiro semestre, com o pagamento até dezembro. Encabeçados pelo relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o deputado Danilo Forte (União-CE), parlamentares articulam derrubar o veto ao calendário.

“Ou seja, nem aquela negociação do timing de execução dos recursos — o que o Executivo ainda usou para negociar esse ano — ele vai ter mais. O apoio do Legislativo fica condicionado às pautas”, comenta Leonardo.

Bolsonarismo

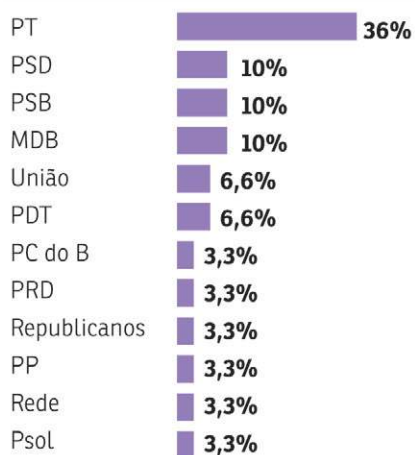
Para o analista, há outro componente que condiciona esta diferente entrega de apoio dos partidos. “Uma boa parte dessa base parlamentar eleita pelo Centrão saiu das urnas incensada pela marca (do ex-presidente Jair) Bolsonaro. Muitos ali eram apoiados e de estados muito bolsonaristas, e existe hoje, especialmente por causa das redes sociais, uma vigilância maior por parte dos eleitores em cima do comportamento dos deputados e senadores”, avalia. “Você tem um recorte que é geográfico e ideológico, que faz com que, mesmo que deputados pertençam a partidos da base, eles não se arisquem a votar com o governo, especialmente naquelas agendas que mobilizam muito o governo.”

Ainda que o conflito entre Poderes tenha sido mais evidente entre o Legislativo e o Judiciário, as discretas tensões dos parlamentares com o Executivo ficaram evidenciadas em todas as votações no plenário. “É claro que se a gente observar depois da reforma ministerial, praticamente o governo não melhora a sua nota lá dentro do Congresso. Mostrando que hoje até essa questão dos cargos embora ela continue sendo importante, já não é mais determinante”, pontua Barreto.

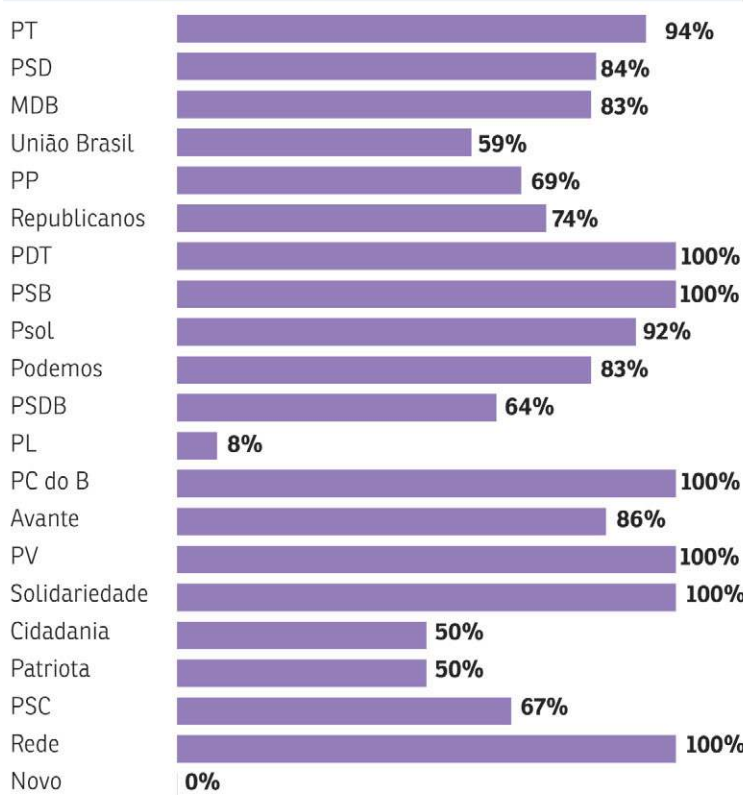
Articulação por apoio

Com o discurso na campanha de 2022 de união entre siglas para derrotar Jair Bolsonaro (PL), o presidente Lula (PT) distribuiu pastas em seu governo e teve que redesenhar a Esplanada dos Ministérios para conquistar o apoio no Congresso, em particular na Câmara dos Deputados

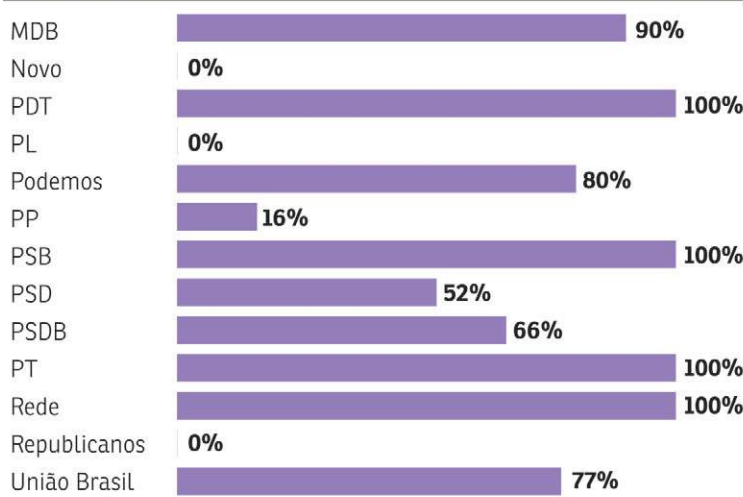
Distribuição de partidos por Ministérios



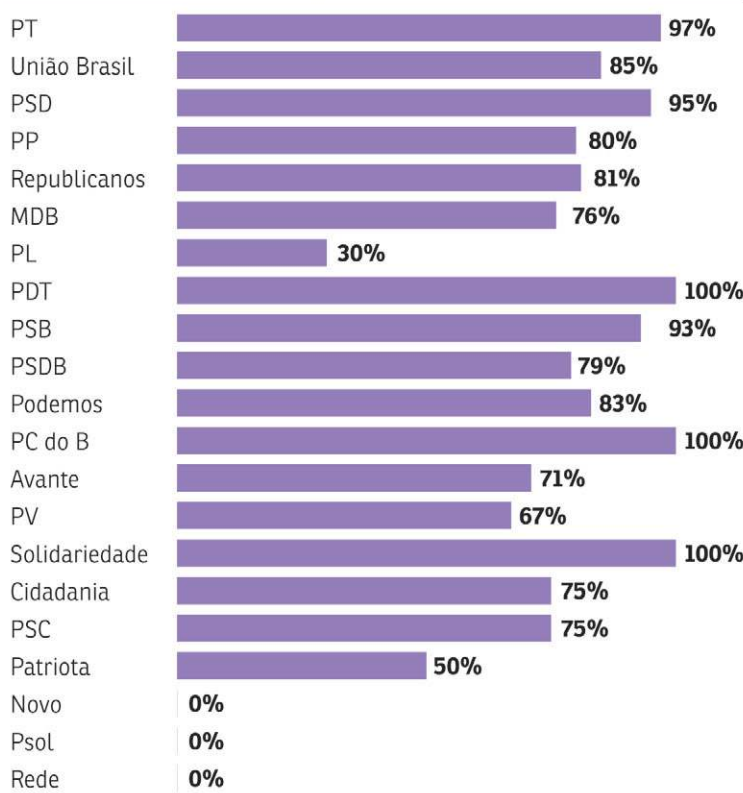
Votos favoráveis à Medida Provisória dos Ministérios por bancada Câmara dos Deputados (votação no dia 31 de maio)



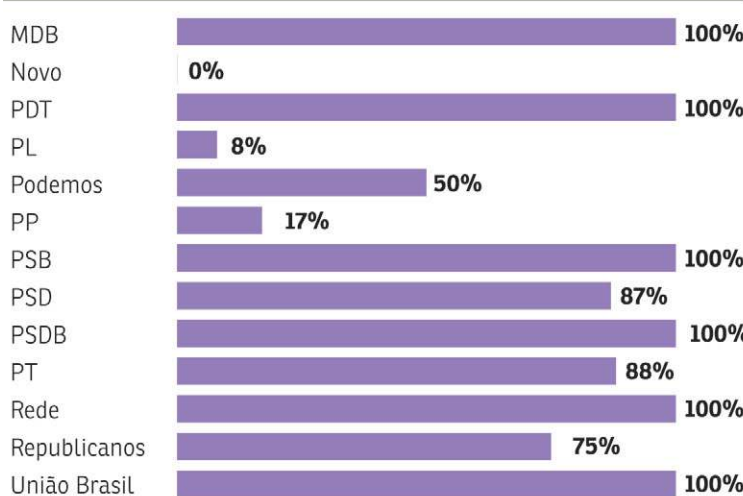
Senado (votação no dia 1º de junho)



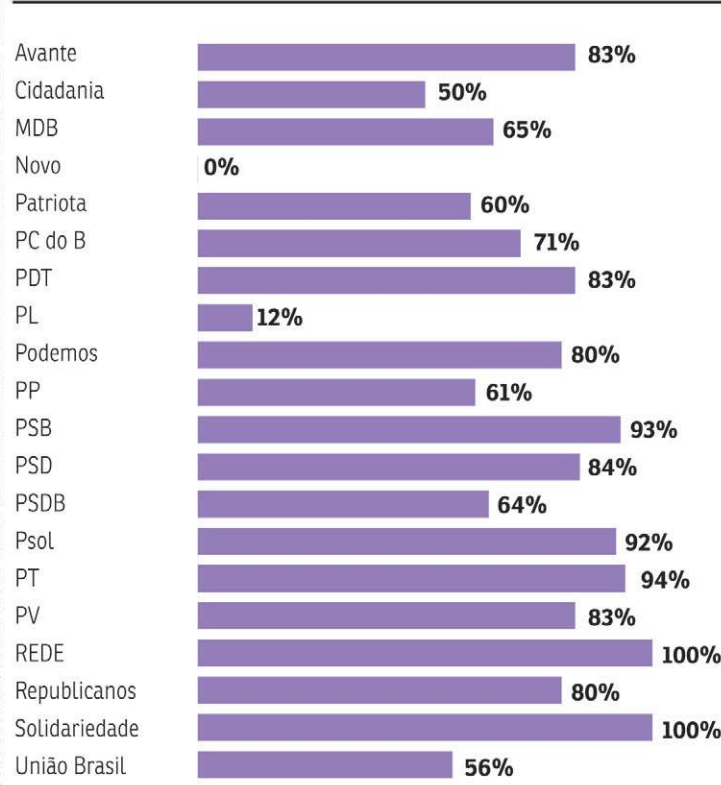
Votos favoráveis ao Arcabouço Fiscal por bancada Câmara dos Deputados (votação no dia 23 de maio)



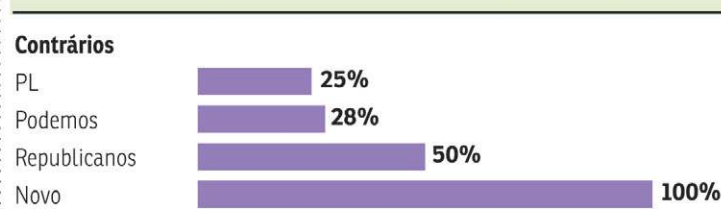
Senado (votação no dia 21 de junho)



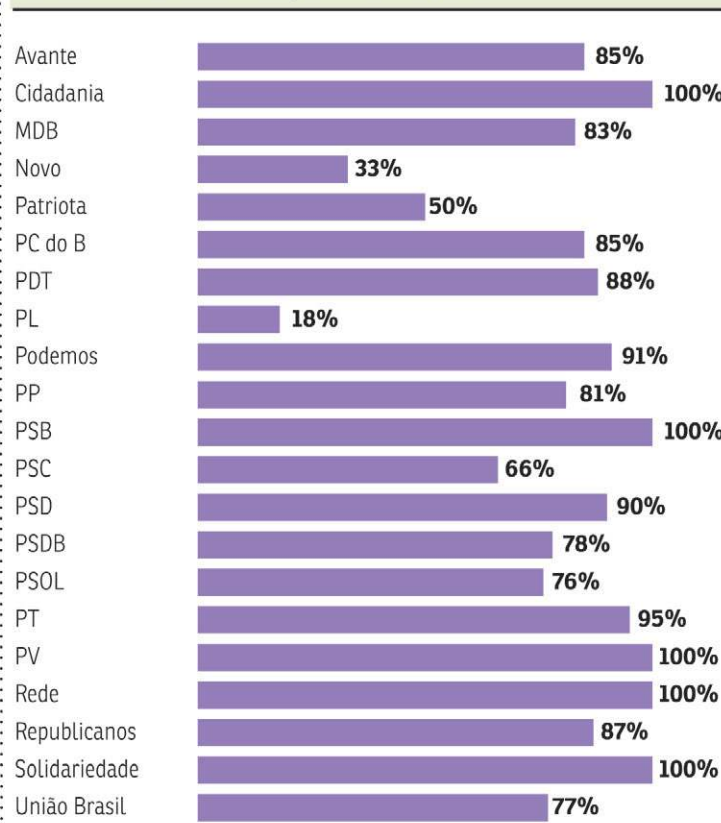
Votos favoráveis ao projeto de lei de taxação das offshores e fundos exclusivos por bancada Câmara dos Deputados (votação no dia 25 de outubro)



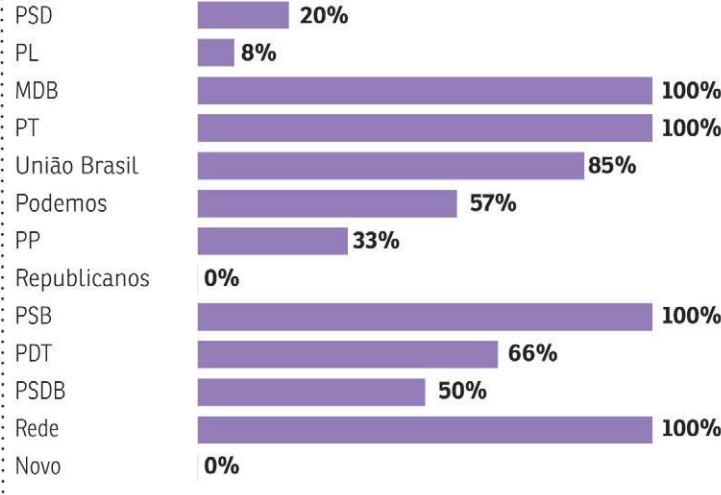
Senado (votação no dia 29 de novembro) O PL que taxa investimentos no exterior (offshores) e fundos exclusivos foi aprovado em votação simbólica, acordado entre governo e oposição



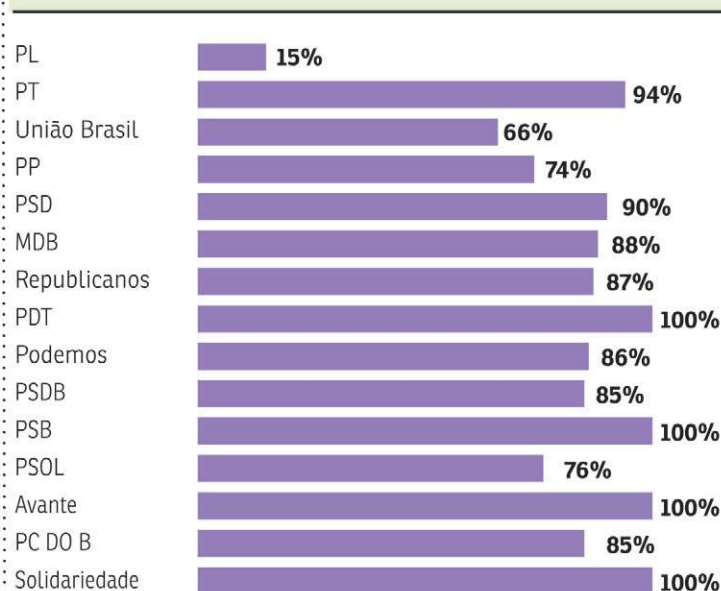
Votos favoráveis à proposta de emenda à Constituição da Reforma Tributária por bancada Câmara dos Deputados (votação no dia 6 de julho)



Senado (votação no dia 8 de novembro)



Câmara dos Deputados (votação no dia 15 de dezembro)



Fonte: Câmara dos Deputados e Senado

Ed Alves/CB/DA.Press



Nova reforma ministerial deve ocorrer ainda no mês de janeiro